



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001810/2023-34

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Parcerias em Investimentos

**UNIDADE:** Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido incompreensível. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00287/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que o Serviço de Informações ao Cidadão - SP atende às solicitações de acesso a documentos, dados e informações produzidas ou custodiadas por órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado de São Paulo. Em recurso o órgão explicou que não era possível atender o interessado por se tratar de pedido incompreensível e forneceu o telefone de contato com o objetivo de compreender a demanda e orientar o interessado. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, sem descrever seu pedido de forma clara e precisa, escrevendo apenas: "Cartão" no campo "Motivo" do formulário do recurso de segunda instância.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação não pode ser atendida por se tratar de pedido incompreensível.
4. Desta forma, considerando que o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 maio de 2012.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 18/08/2023, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site